



CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra - Estado de Mato Grosso

Rua Júlio Martinez Benevides, nº 195 – S, Centro - Telefax (65) 3311-4600

COMISSÃO FINANÇAS E ORÇAMENTO	
OBJETO	PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 446/2025
EMENTA	DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA META FINANCEIRA DA LEI Nº 6.544, DE 15 DE JULHO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – PLANO PLURIANUAL E DA LEI Nº 6.619, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 88.748,28 (OITENTA E OITO MIL E SETECENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6.706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
AUTOR	PODER EXECUTIVO
PARECER	FAVORÁVEL

PARECER

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Ordinária nº 446/2025, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a alteração da meta financeira da Lei nº 6.544/2024 – Plano Plurianual (PPA) – e da Lei nº 6.619/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 88.748,28, destinado à Secretaria Municipal de Educação para execução do Projeto/Atividade 2213 – Alimentação Escolar – Creche.

A suplementação visa readequar o orçamento de 2025 da alimentação escolar, tendo em vista a reestimativa anual dos recursos provenientes do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, destinados à aquisição de gêneros alimentícios para atender todos os estudantes da educação básica da rede pública municipal. Os valores suplementados decorrem de excesso de arrecadação apurado na Fonte 1.552 (PNAE), conforme comparativo da Receita Prevista x Arrecadada, com total de R\$ 88.748,28 identificados nas receitas específicas do programa federal.

II - ANÁLISE JURÍDICA E FINANCEIRA

Fundamentação Legal:

A abertura de crédito suplementar possui amparo nos artigos 41, inciso I, e 42 da Lei nº 4.320/1964, que autorizam suplementar dotações mediante indicação da fonte de recursos.



CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra - Estado de Mato Grosso

Rua Júlio Martinez Benevides, nº 195 – S, Centro - Telefax (65) 3311-4600

Os recursos utilizados são provenientes de excesso de arrecadação, conforme prevê o artigo 43, §1º, inciso II, da mesma Lei, demonstrado nos anexos encaminhados pelo Executivo, com detalhamento dos valores apurados por receita PNAE. O projeto também cumpre o artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), conforme declaração emitida pelo Secretário Municipal de Educação, atestando compatibilidade da suplementação com o PPA, LDO e LOA.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação, a suplementação é necessária para garantir os recursos do PNAE referentes à alimentação escolar de 2025, tendo em vista atualização da reestimativa de receitas do PNAE; necessidade de aquisição de gêneros alimentícios; atendimento de todos os estudantes matriculados na educação infantil e demais etapas; cumprimento do objetivo pedagógico e nutricional da alimentação escolar. Os recursos reforçarão o Projeto/Atividade 2213 – Alimentação Escolar – Creche, elevando a meta financeira de R\$ 4.454.149,64 para R\$ 4.542.897,92, conforme demonstrativo de alteração enviado.

O impacto financeiro corresponde ao valor total da suplementação: R\$ 88.748,28. Os valores decorrem exclusivamente de excesso de arrecadação das seguintes receitas: R\$ 3.808,28; R\$ 9.600,00; R\$ 56.152,00; R\$ 2.314,00; R\$ 5.130,00; R\$ 11.744,00. Totalizando R\$ 88.748,28, conforme demonstrativo oficial. Não há impacto negativo ao equilíbrio fiscal, pois não há criação de despesas permanentes, e os recursos estão devidamente disponíveis.

A proposição tramita em regime de urgência especial, justificada pela necessidade imediata de readequar o orçamento da alimentação escolar, assegurando o atendimento contínuo da merenda escolar e permitindo que o Município empenhe os valores ainda dentro do exercício de 2025. A urgência evita atrasos na aquisição de produtos alimentícios e garante a manutenção do programa nutricional dos alunos.

III – CONCLUSÃO

O Projeto de Lei Ordinária nº 446/2025 apresenta adequação jurídica, financeira e orçamentária. A suplementação é necessária para garantir a continuidade da alimentação escolar no município, atendendo às normas legais e às diretrizes do PNAE, e encontra amparo nos dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

IV – RECOMENDAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra - Estado de Mato Grosso

Rua Júlio Martinez Benevides, nº 195 – S, Centro - Telefax (65) 3311-4600

Diante do exposto, esta Comissão recomenda a aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 446/2025, em regime de urgência especial, considerando sua legalidade, relevância e plena adequação orçamentária.

FABIO BRITO RELATOR	
SARAH BOTELHO PRESIDENTE	EVÂNIA FÉLIX VICE-PRESIDENTE
<input checked="" type="checkbox"/> PELAS CONCLUSÕES <input type="checkbox"/> DE ACORDO, COM RESTRIÇÃO <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR	<input checked="" type="checkbox"/> PELAS CONCLUSÕES <input type="checkbox"/> DE ACORDO, COM RESTRIÇÃO <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR